JUBILEU, SÁBADO DE LIBERDADE E GRAÇA PARA TODA A IGREJA

Marcelo Barros OSB

Muito antes do papa iniciar o Jubileu do ano 2000, abrindo a porta de bronze da Basílica de São Pedro, na noite de Natal de 1999, esse Jubileu é tema de todos os dias e objeto de todas as atenções na Igreja Católica. Cada dia, no Vaticano, acontece alguma celebração solene que reúne milhares de pessoas e aparece como um grande espetáculo religioso. Nos meios de comunicação de massa, muitas vezes, a superexposição provoca o efeito contrário da verdadeira comunicação. O bombardeamento sistemático de reflexões e textos sobre o Jubileu pode causar nos leitores um efeito de "ressaca". Mesmo assim, é importante valorizar o Jubileu 2000 como ocasião para uma profunda revisão da fé e para retomarmos a mística do Reino de Deus, centro e objeto de toda a vida e ação da Igreja.

Com esse espírito, convido vocês a uma reflexão teológica e espiritual sobre este Jubileu. Mesmo tratando-se de um estudo e não da análise de uma questão pastoral, proponho, na medida do possível¹, seguir o método consagrado pela Igreja da América Latina: ver, julgar e agir.

¹ É verdade que uma etapa já implica na outra e quando vemos, já estamos, de certo modo, "vendo a partir de determinados pressupostos".

Quando, aos 18 anos, entrei como postulante no Mosteiro de Olinda, fui marcado por uma frase do Livro dos Provérbios na tradução da Vulgata, inscrita em pedra, no meio da sala capitular dos monges: "O justo é aquele que se acusa primeiro" (Pr 18, 17). Com esse espírito, aprendi a me criticar e a ser crítico com a Igreja, não para diminuí-la, mas para ajudá-la a se converter permanentemente e apresentar-se ao Senhor como "esposa pura e sem mancha".

1 – O Jubileu do ano 2000, suas raízes próximas e históricas

Desde que João Paulo II tornou-se papa, ele apontou o Jubileu do ano 2000 como o auge do seu ministério de Bispo de Roma e ponto de unidade entre as Igrejas. Desde seus primeiros atos e pronunciamentos, o papa preparou esse Jubileu. Mobilizou a Igreja Católica e muitas outras confissões, ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas. O ponto de partida foi a percepção de que o mundo precisa de uma "nova evangelização" e a própria Igreja precisa entrar no novo milênio, mais apta a ser sinal de unidade e paz para a humanidade. Inúmeras vezes, o papa tem afirmado que o Jubileu 2000 já começou a ser preparado com o Concílio Vaticano II e deve viver do seu espírito. Nos últimos anos, o bispo de Roma tem se revelado cada vez mais sensível à responsabilidade que a Igreja Católica tem de trabalhar pela unidade de todas as Igrejas cristãs e uni-las no diálogo com as outras religiões, em função da paz e da justiça no mundo e em defesa da criação ameaçada.

Para essa tarefa, o papa lançou mão do costume que, desde 1300, a Igreja de Roma tem de celebrar, a cada 50 anos, o Ano Santo, e transformou este, que seria simplesmente Ano Santo de 2000, num Jubileu extraordinário, preparado com mais intensidade nos últimos quatro anos. Esse casamento do Jubileu com o costume do Ano Santo tornou o Jubileu mais popular e compreensível por todos, mas também possibilita certas confusões. Acarreta o risco de diluir o conteúdo próprio do Jubileu. Isso provoca repercussões negativas nos meios ecumênicos e entre os próprios católicos que esperavam do Jubileu uma linha de ação mais social e profética.

Quando na encíclica *Tertio Millenio Adveniente* (1996), o papa propôs o Jubileu do ano 2000, o enfoque principal era restituir ao cristianismo a sua vitalidade evangélica, através de uma mística da solidariedade como base da fé. O papa desejava o mesmo que, no Brasil, a Campanha da Fraternidade, reunindo várias Igrejas cristãs, propõe para este ano 2000: "*um novo milênio sem exclusões*". Os cristãos podem colaborar muito para que a humanidade inicie o novo milênio com uma

organização social que torne a terra habitável para todos os seres humanos.

Por causa da tradição do "Ano Santo", a Igreja Católica é, entre todas as Igrejas cristãs, a única, de certa forma, familiarizada com a tradição do Jubileu. Mas o costume do Ano Santo, celebrado desde o início do século XIV, de 50 em 50 anos, tanto em suas origens como em seu espírito, tem pouco a ver com o Jubileu bíblico. O "Ano Santo", criado por Bonifácio VIII (1300), em circunstâncias históricas pouco edificantes, sempre foi mais ocasião especial de peregrinações a Roma e do povo ganhar indulgências. Por mais que teólogos façam diferença entre o perdão do pecado e a satisfação da sua pena, é difícil superar alguma ambigüidade na pregação e compreensão das indulgências, principalmente neste âmbito do Jubileu. Em termos bíblicos, só se pode falar em Jubileu quando o objetivo central é a preocupação social com a libertação dos oprimidos, a distribuição da terra e o cancelamento da dívida. O Ano Santo espiritualiza essa mensagem, reduzindo-a ao âmbito quase somente espiritualista e quando muito eclesiástico. O Jubileu propõe o cancelamento puro e gratuito de todas as dívidas (os brasileiros do final da década de setenta diziam: "anistia ampla, geral e irrestrita"). A compreensão mais comum das indulgências parece sublinhar a necessidade de "pagar" para obter o cancelamento da pena dos pecados. A solidariedade, princípio fundador da vida de fé, torna-se com a "esmola", apenas um dos tantos elementos "espirituais" para ganhar indulgências e pagar a pena dos pecados. É o contrário do espírito do Jubileu.

Propondo um Jubileu, o papa apontava para um horizonte muito mais amplo do que a realização de um mero Ano Santo romano. Mas, à medida que as atividades preparatórias para o ano 2000 se intensificaram, nos ambientes eclesiásticos e mesmo nos documentos do Vaticano posteriores à Encíclica, o Jubileu foi mudando de fisionomia². O que aparece nos meios de comunicação e tende a mobilizar mais as pessoas é o conjunto de elementos externos. Inúmeras aberturas de portas, Missas soleníssimas, mensagens, bênçãos, procissões, concertos, vendas de sinos do Jubileu e de todo o tipo de quinquilharias ligadas ao evento. Parece que na maioria das dioceses, a tendência também é a de centrar as atividades do Jubileu mais no estilo do Ano Santo do que na proposta profético-social do Jubileu.

Já no início de 1999, os representantes da Federação Luterana Mundial retiraram-se da Comissão Internacional do Jubileu, lamentan-

² Por exemplo, ver a bula papal *Incarnationis Mysterium* de 29/11/1998, principalmente sua segunda parte, sobre o ganho das indulgências no Jubileu.

do o rumo dos acontecimentos e especialmente a importância que voltam a ganhar as indulgências durante o ano santo. A Comissão Luterana Mundial declarou que o Jubileu deveria ser ocasião de penitência e conversão e não de centralização triunfalista da religião. Lembraram que “o centro da fé não é a Igreja, mas somente Jesus Cristo”³.

O papa continua insistindo em alguns elementos do Jubileu. Retoma permanentemente a Campanha Internacional pelo Cancelamento da Dívida dos países pobres, propõe uma verdadeira e ampla Reforma Agrária em países como o Brasil e promove encontros inter-religiosos que possam servir à Paz do mundo e a um novo Código Internacional de Direito dos Povos, das Comunidades Autônomas e até da natureza. Em outubro de 1999, coordenou um destes encontros no próprio Vaticano, sob os olhares não satisfeitos de alguns dos seus auxiliares, que continuam reprimindo teólogos empenhados em aprofundar teologicamente esse mesmo assunto que o papa promove.

Diante disso, as comunidades que procuram revelar “um novo jeito de ser Igreja” propõem que se retome a mensagem bíblica contida nesta instituição do Jubileu e se veja o que é possível aplicar ou atualizar para o mundo e a realidade eclesial desta mudança de milênio.

2 – O Jubileu na história do povo bíblico

A lei do Jubileu surgiu nas antigas civilizações do Oriente Médio para garantir que a sociedade se construísse sobre uma ética da justiça e solidariedade. A Bíblia revela que esta preocupação fundamental com a solidariedade é lei de Deus e base do povo de Israel.

Muitos afirmam que o jubileu bíblico é uma lei de caráter utópico. Nunca foi verdadeiramente posta em prática, mas indica o projeto de Deus para o povo. A tradição judaica contesta. Insiste que o Jubileu foi praticado quando o povo conquistou a terra. Conforme a legislação dos rabinos, o Jubileu só pode vigorar quando o povo de Israel vive livre e em sua própria terra. Para se cumprir a lei sobre os direitos do indivíduo e de cada família, é necessário primeiro garantir os direitos de todo o povo⁴.

“Jubileu” é um termo derivado de *jobel*, trombeta, instrumento usado para convocar o povo aos julgamentos. O Jubileu é o momento da “trombeta” ou do julgamento de Deus para libertar o povo oprimido. De

³ Cf. revista *La Vie* 2793/17 mars 1999, p. 68

⁴ Rabino J. LEVI, *Giubileo fra Fede e Giustizia*, Firenze: Comune Aperto, 1997, pp. 7-8.

50 em 50 anos, a trombeta tocava e era o ano do Jubileu. Devia fazer-se a libertação de todos os escravizados, o cancelamento ou mais ainda o resgate das dívidas e a libertação da terra. Além de reforçar a ética da solidariedade, a lei do Jubileu deve ter nascido para assegurar a unidade das tribos e manter o sentido de pertença ao povo.

Na Bíblia, o texto mais claro e completo sobre a lei do Jubileu é Levítico 25. Esse capítulo faz parte do chamado "Código de Santidade" (Lv 17-26), conjunto que parece ter sido redigido posteriormente à chamada "fonte sacerdotal", após o exílio da Babilônia⁵. Esta "Lei de Santidade" vai além e até corrige a chamada "fonte sacerdotal". No que diz respeito à terra, estes textos que a exegese histórica chama de "redação sacerdotal" sublinham que o Senhor deu a terra a Abraão e a seus descendentes como herança (Cf. Gn 17, 8; 28,4; Ex.6,4,8 e outros). A Lei da Santidade insiste que a terra continuará sempre sendo propriedade exclusiva do Senhor (Lv 25,23 ss.)

O contexto redacional do Levítico 25 é ligado aos que voltaram do cativeiro e não aos que ficaram na terra. Isso provoca questões. A lei do Jubileu propõe a restituição da terra a seus antigos donos? Historicamente, trata-se de uma restituição justa na linha da reforma agrária, ou ao contrário, de uma retomada da terra por parte dos nobres que voltavam da Babilônia, em prejuízo dos pobres que haviam ficado na terra?

A maioria dos exegetas reconhece que a maioria dessas leis tem origem pré-israelita⁶. De qualquer forma, é claro que há uma ambigüidade nesses textos. O Código da Aliança (Ex 20- 23) propõe que essas medidas sociais de justiça sejam estabelecidas de sete em sete anos. É o ano sabático. Após o exílio, o ano sabático não era corretamente praticado e a justiça não se fazia. Então, os legisladores previram que após o sétimo ano sabático, portanto no ano seguinte a 49 anos, se proclamasse o Jubileu. Era uma solução que, de fato, não funcionava. No mundo antigo, quantos escravos chegavam aos 50 anos de escravidão para poder ser libertados? E só servia para os escravos judeus, deixando de lado os estrangeiros que não tinham direito a Jubileu?

⁵ Hoje, muitos exegetas de renome têm questionado a famosa e conhecida teoria das quatro fontes do Pentateuco, oficializada principalmente por Wellhausen. Uma síntese mais simples e acessível desta discussão pode ser lida em: J. L. SICRE, *Introdução ao Antigo Testamento*, tradução do espanhol, Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 76-91. Aqui, retomo simplesmente a tradição mais comum, sem entrar no mérito das discussões abertas.

⁶ M. BARROS, *A Dança do Novo Tempo: Uma espiritualidade ecumênica para o Jubileu*, publicação do CEBI, São Paulo: Paulus / São Leopoldo: Sinodal, 1997, pp. 12 ss.

Apesar dessas possíveis ambigüidades, a sabedoria dos pobres de Israel fez dessa lei do jubileu uma legislação que se tornou importante na defesa do direito dos oprimidos e do resgate da justiça (Cf. Is 58; Is 61).

3 – A proclamação do Jubileu de Jesus

Conforme Lucas, na sinagoga de Nazaré, Jesus anuncia o programa da sua missão, a partir do relato da vocação do terceiro Isaías: Is 61, 2 ss. O relato evangélico sublinha que ele escolheu “as palavras de graça”, deixando de lado a advertência da ira de Deus e de um ano de vingança, parte contida no texto profético. Os ouvintes ficaram “espantados” que ele tenha “selecionado” as palavras de graça. Decidiram matá-lo. Jesus fechou o livro, entregou-o ao servente e disse: “Hoje se realiza esta palavra que vocês acabam de ouvir” (Lc 4, 16 ss). A maioria dos comentadores vê nessa proclamação o anúncio extraordinário de um ano do Jubileu. É extraordinário porque Ele proclamou-o fora do tempo que o calendário previa. Além disso, o “Hoje” de Jesus diz respeito a toda a sua missão. Ela não é passageira nem se restringe apenas a um ano. Jesus proclama um Jubileu permanente.

No Evangelho de Lucas parece haver certo paralelismo entre essa cena da sinagoga de Nazaré (Lc 4, 16ss) na qual Jesus provoca a raiva dos seus adversários e as curas que ele faz em dia de sábado. Em um desses episódios, o chefe da sinagoga diz ao povo: “Há seis dias para trabalhar. Venham nestes dias e podem ser curados, mas não no Sábado” (Lc 13, 14). Mas, Jesus preferia curar justamente no Sábado. Suas explicações de que “o Sábado foi feito para o ser humano” corresponde à palavra: “Hoje esta palavra se realiza”.

Uma das características da palavra de Jesus nos Evangelhos é o que chamam de “pressa escatológica”. Em muitas parábolas, Jesus insiste nessa pressa. “O banquete está pronto. Vão depressa e tragam os pobres...” (Cf. Lc 14, 21). “Virá a hora e já chegou...” (Cf. Jo 4, 21; 5, 25. 28; 12, 23 e outras).

Jesus diz que, se você estiver deitado e à meia-noite, alguém bate à sua porta para pedir uma ajuda, ainda que não o atenda por opção, o atenderá para se ver livre do incômodo (Cf. Lc 11, 5-8). Em outro momento, diz que Deus é este amigo importuno que vem como ladrão, quando menos se espera (Lc 12, 39). Ao visitante inoportuno que, à meia-noite, bate à sua porta, pedindo comida, nenhum discípulo de Jesus tem o direito de dizer: “O jubileu é no próximo ano. Espere que daqui há tantos meses, eu o ajudarei”.

Paulo insiste: "Hoje é o tempo oportuno. Agora é o dia da salvação" (2 Cor 6, 2). Isso não exclui que, psicológica e metodologicamente, podemos ter tempos especiais que nos recordem a necessidade de intensificar aquilo que devemos viver sempre. Mas, não podemos cair no erro de mitificar este ano como um tempo mais sagrado do que outros. Sempre, temos de atender ao "inoportuno visitante da meia-noite"⁷.

4 – Um grande sábado para toda a terra: Pistas para um Jubileu ecumênico que nos toca a todos

O Jubileu é um apelo de Deus a vivermos desde já algo que, em sua totalidade ainda não pode ser imediatamente, concretizável. O importante da proclamação do Jubileu 2000 é nos ajudar a retomar a mística bíblica da paz e da justiça entre nós e com a terra.

A base teológica do Jubileu é a dimensão sabática da fé. O Jubileu nasceu para garantir, ao menos de 50 em 50 anos, o Ano Sabático (o Sábado dos anos) que era proposto de sete em sete anos. Essa dimensão sabática do Jubileu diz respeito ao direito sagrado da liberdade e repouso das pessoas, dos animais, da terra e de toda a natureza.

Para a mística judaica, o Sábado é o máximo da criação de Deus. O Sábado é a palavra de Deus para libertar a humanidade. O rabino Abraão Heschel diz que o Sábado existe para lembrar a todo ser humano que ele é um príncipe.

A tradição rabínica contava que Deus criou os dias da semana em pares. Eles formavam como um casal, o primeiro e o segundo dia, o terceiro com o quarto e o quinto com o sexto. Então, o sétimo dia reclamou de Deus por este não ter-lhe dado um companheiro. Este respondeu: "Você não ficará sozinho. Sua companhia será a comunidade de Israel. Israel será seu esposo (em hebraico, o sábado é feminino). A espiritualidade judaica vê no sábado o maior sinal da aliança matrimonial do povo com o Senhor.

O Sábado é o tempo para se retomar o absoluto de Deus na vida da gente. Viver, hoje, a dimensão sabática da fé é viver a relação com Deus como fonte de uma vida nova, baseada na liberdade

⁷ Escutei essa expressão do Giovanni Batista Franzoni, teólogo italiano ex-abade beneditino, numa palestra em Roma.

interior e pessoal e na capacidade que Deus nos dá de nos consagrar à sua obra libertadora.

Jesus viveu esta espiritualidade sabática. Procurou dar ao Sábado o pleno sentido de descanso, liberdade sagrada e libertação: o sentido de uma plenitude de vida doada que se constitui como um verdadeiro Jubileu de cada semana. Este é o sentido do verdadeiro repouso: salvação e plenitude de vida (Cf. Hb 3, 7 – 4, 16). É por isso que Jesus cura no sábado. Atua conforme o Espírito de Deus. Os adversários não podiam admitir que era pela força de Deus que Jesus libertava as pessoas do mal. Não aceitavam ligar Deus com o trabalho da libertação. Jesus os adverte que quem não admite que o trabalho da libertação é uma obra de Deus peca contra o Espírito Santo (Cf. Mc 3, 28- 29). É essa a dimensão sabática da fé ou uma espiritualidade de Jubileu. Como concretamente realizar isso em nossos dias?

4.1 – Propor um sábado mundial para a terra

O mundo atual e a própria criação necessitam com urgência de um grande Sábado, tempo de resgatar a vida, a liberdade e a integridade. As pessoas que crêem podem proclamar um ano sabático mundial para que a humanidade entre numa nova relação de vida e reciprocidade (não apenas de produção e consumo) num relacionamento diferente e mais justo com a natureza e a terra que, de acordo com o Ex 20 e Lv 25, têm também direito ao repouso sabático.

No repouso de Deus, a comunidade se refaz porque cada pessoa se refaz. Na Bíblia até os animais e a terra devem se refazer. O Sábado do Jubileu é o tempo propício para todos os métodos através dos quais as pessoas possam se reencontrar consigo mesmas e se refazer. Na tradição hebraica, o Sábado quer dizer mais do que o repouso. Significa “estar completo”, isto é, atingir uma plenitude de vida, de paz e realização (*shalom*).

Concretamente, proclamar este Sábado para a terra implica em nos comprometermos com a Ecologia no lugar onde vivemos e em retomarmos o compromisso por uma Reforma Agrária efetiva e popular.

4.2 – Entrar na mística do Jubileu é retomar a dimensão comunitária da fé

Hoje, no Brasil e em outros lugares, percebe-se que há movimentos que vivem a fé sem dimensão comunitária e participativa. O Jubileu exige de nós retomar a convicção de que a fé bíblica é social e só pode

ser vivida na caridade, isto é, na solidariedade. Em ambientes eclesiais, chama-se "ano sabático" o tempo para sair da comunidade. Para a Bíblia é o contrário: o tempo sabático é de repouso e liberdade, mas na comunidade. O Israel bíblico passava quase o dia inteiro do sábado em comum, na sinagoga ou em reuniões comunitárias em casa, em torno da mesa. Esse jubileu será assumido como tempo sabático se assumirmos o desafio de fazer mais forte e renovada nossa aliança de vida comunitária. Construir a comunidade como testemunha do sábado livre e gratuito das relações e da contemplação saborosa do amor de Deus.

Falar em comunidade não é apenas falar em cultos e shows religiosos. Na Bíblia, o Jubileu não é marcado por cultos. As prescrições do Levítico 25 não incluem nenhum tipo de culto ou sacrifício. Não têm nenhum caráter festivo ou de autocomemoração. O seu conteúdo é eminentemente social. "É um ano de liberdade. A liberdade hebraica insiste em depender unicamente de Deus para ser totalmente independente de qualquer tipo de ídolo, senhor ou patrão" ⁸.

Em recente palestra, Arturo Paoli dizia que quando vê, hoje, toda a mobilização dos meios eclesiais para esse jubileu do ano 2000, escuta Deus gritar do céu, protestando:

"Vocês estão querendo festejar a mim, ou a si próprios e a suas instituições e sua beleza? O que lhes fez pensar que eu gosto desse tipo de festa? Quantas vezes, falei pelos profetas que não quero sacrifícios, nem cultos e sim a misericórdia e a justiça? Deixem de me apresentar oferendas inúteis e se quiserem solenidades para satisfazer o próprio narcisismo, ao menos, não usem o meu nome" ⁹.

4.3 – Viver o Jubileu é retomar o compromisso com a Justiça e a Libertação de todos os excluídos

Muitos pobres receberam a proclamação do Jubileu do ano 2000 com a alegria de quem espera um compromisso efetivo das igrejas cristãs com a causa da justiça neste mundo de exclusão.

Em 1992, diversos pastores e profetas da América Latina, como Samuel Ruiz, Pedro Casaldàliga e outros, propunham um Jubileu de

⁸ P. DE BENEDETTI, *Ciò che tarda avverrà*, Bose: Qiqajon, 1992, p. 137.

⁹ Em outras palavras, ele expressa o mesmo juízo em A. PAOLI, "Verso il Giubileo", *Notiziario della Rete Radiè Resh*, n. 42, Quarrata (Pistoia), marzo 1999, p. 02.

cancelamento da dívida externa, redistribuição da terra e libertação de tantos tipos de escravidão que ainda vigoram no mundo. O Jubileu 2000 pode tornar realidade esse projeto. Não como lei mundial, mas como proposta. O que na Bíblia se chama Jubileu, a sociedade atual denomina anistia geral e irrestrita, condenação de todo tipo de escravidão e, no plano econômico, moratória total e permanente das dívidas.

De fato, em junho de 1999, uma campanha internacional com o nome de Jubileu 2000 entregava aos representantes dos países ricos uma lista de 22 milhões de assinaturas, pedindo o cancelamento da Dívida Externa dos países pobres. Essa campanha, apoiada pelo papa e pelo Conselho Mundial de Igrejas não conseguiu sua meta, mas tem profundo significado simbólico, realiza um bom trabalho de conscientização e consegue uma boa mobilização popular.

A Campanha da Fraternidade Ecumênica "por um novo milênio sem exclusões" é parte desse Jubileu concreto ao qual todos somos chamados. O Jubileu deveria ser uma grande e mundial Campanha da Fraternidade inter-religiosa para deter o genocídio que, através de guerras e da fome e miséria, assassina milhões de africanos, vitima tantos latino-americanos e, em um mundo sempre mais rico e consumista, triplica a quantidade de pessoas miseráveis.

A ação divina provoca em nós uma descentração de nós mesmos e uma verdadeira angústia da solidariedade como princípio de vida e ação. Podemos chamar isso o "Princípio Solidariedade"¹⁰ como caminho de fé e espiritualidade.

Uma espiritualidade do Jubileu chama toda a Igreja, pastores e fiéis a assumir a missão como instrumento de solidariedade. Como confessava Dom Oscar Romero: "Minha posição de pastor me obriga a ser solidário com toda pessoa que sofre e a empenhar toda minha vida na defesa da dignidade de todo ser humano" (07/ 01/ 1979)¹¹.

Uma Igreja que esquece a dimensão libertadora da fé e nega os seus aspectos sociais e políticos, de fato, está ignorando a dimensão sabática

¹⁰ E. BLOCH falava de um "Princípio Esperança". O teólogo e místico salvadorenho Jon Sobrino fala de um "Princípio Misericórdia", ou seja a misericórdia ou a solidariedade não apenas como obras que se fazem eventualmente, mas como uma estrutura fundamental da nossa reação diante das injustiças e da forma como a sociedade organiza este mundo. A misericórdia torna-se, então, um princípio que configura o processo todo da vida da gente. Ver: J. SOBRINO, *Princípio Misericórdia: Descer da cruz os povos crucificados*, Petrópolis: Vozes, 1994, p. 26.

¹¹ Cf. J. SOBRINO, *Op. cit.*, p. 249.

da fé. É, então, compreensível que confunda o Jubileu com mais um "ano santo". O modo de ser mais coerente com a espiritualidade do Jubileu é retomar a opção revolucionária do cristianismo em seus aspectos mais sérios e radicais.

As comunidades que relêem o Êxodo a partir da realidade da América Latina vêem o mundo atual como um grande Egito governado por faraós, tão ou mais cruéis e sem coração do que o faraó do primeiro Êxodo. Neste Jubileu, somos convidados novamente a ir além dos nossos desertos e prestar atenção às sarças e espinheiros que não deveriam estar em fogo, mas estão. Já deveriam ter se acabado e, entretanto, o fogo não os devora. Os movimentos populares como o MST e os trabalhos de base continuados com tanta dificuldade funcionam para muitos como sarças ardentes através das quais Deus se revela Libertador e nos chama de novo a cumprir nossa missão.

Os rabinos ensinavam que a sarça ardente é imagem do povo sofrido que queima na dor, mas Deus não permite que o sofrimento acabe com a vida do povo. Do meio dessa sarça, somos convidados a escutar novamente a Voz do Senhor, a mesma que se manifestou a Moisés.

Conforme a tradição rabínica, o Senhor disse a Moisés:

"Tu me pedes para conhecer o meu nome. Eu sou chamado conforme as minhas ações. Às vezes me chamam de El Shaddai, o Deus Altíssimo. Outras vezes me chamam de Sabaoth, Deus dos exércitos. O meu povo me adora com o NOME (as quatro consoantes sagradas), Bendito seja Ele. Quando Eu julgo as criaturas, sou chamado de Elohim, quando luto contra os maus, me chamam de Sabaoth. Quando deixo de lado os pecados humanos, sou chamado de El Shaddai. Quando invocam a minha compaixão maternal (a solidariedade como próprio de Deus) me chamam de Shekinah, a Presença na Tenda. Quando sou solidário com as pessoas, me invocam pelo Nome: "Eu sou Quem Sou" – Ehyé asher Ehyeh (Midrash Rabba sobre Ex 3,6).

4.4 – Viver o Jubileu é intensificar o diálogo com as outras igrejas e religiões

O Jubileu nos chama a resgatar as dívidas sociais e econômicas, também morais e culturais. Uma Igreja que, na história, caracterizou-se pela intolerância e pela busca da hegemonia, é chamada a viver o Jubileu como caminho de diálogo.

Esse caminho de intolerância e até violência religiosa não tem sido somente pecado da Igreja Católica. Parece uma doença endêmica entre

as religiões. Deus é Paz e Amor, mas parece que seus filhos e filhas pensam testemunhá-lo mais pela guerra do que pela paz. Até agora, quase todas as religiões do mundo têm promovido intolerância e conflitos entre povos e comunidades.

Neste Jubileu, o apelo de Deus é aprofundarmos um diálogo inter-religioso, baseado na solidariedade e na compaixão para com todos. Este Jubileu é um acontecimento que diz respeito às Igrejas cristãs (2000 anos do nascimento de Jesus), mas muitos líderes de outras religiões têm aceitado fortalecer este caminho de comunhão.

Dialogar é um ato de solidariedade porque significa entrar na pele do outro, caminhar com suas sandálias e procurar ver o outro a partir dos seus óculos. Isso não implica em colocar em parêntesis o que eu penso, menos ainda abrir mão da própria fé. Neste plano, a fidelidade ao outro requer que eu seja eu, sem qualquer reducionismo ou sincretismo. Não é o caso de dissimular ou esconder as dificuldades. O diálogo é o esforço de compreensão e simpatia interior, condição indispensável para se construir juntos um mundo plural e solidário.

O papa tem insistido que o Diálogo em todos os âmbitos, mas especialmente no nível inter-religioso é divino e é a forma mais profunda de vivermos a fé. "O diálogo inter-religioso é sempre instrumento salvífico porque procura sempre descobrir, esclarecer e compreender melhor os sinais do longo diálogo que Deus continua com a humanidade"¹².

Dialogar é viajar em companhia do Espírito para descobrir de onde vem e para onde vai a sua graça. Esse diálogo não é oposto à experiência que temos do mistério do Cristo. O desafio é testemunhar e viver a fé de modo includente e não excludente.

Em recente documento, a Federação dos Bispos Católicos da Ásia afirma: "O fundamento principal da teologia do diálogo e das religiões é a certeza da universalidade da graça de Deus. Deus se dá e sobre isso, nós, seres humanos, não podemos ter nenhum controle. Para nós, Cristo é o centro universal do diálogo de Deus com a humanidade. Por isso, devemos conhecer o que Deus disse e continua a dizer de mil maneiras. Consagrar-se a isso com toda a nossa atenção é uma forma de prestar homenagem à graça divina.

Podemos compreender as religiões como respostas ao encontro com o mistério divino ou com a realidade última. Por isso, as tradições

¹² João Paulo II no Discurso ao Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, nº 2, (13/11/1992).

religiosas da humanidade tem um lugar no projeto divino da salvação”¹³.

Na América Latina, desde 1992, muitas comunidades cristãs populares, grupos indígenas e afro-americanos de vários países criaram a “Assembléia do Povo de Deus” (APD), um processo de encontro e caminho em comum baseado no que, no primeiro encontro, Dom Pedro Casaldáliga propôs chamar: “macroecumenismo”: um ecumenismo que abrange também o diálogo intercultural e ajuda as pessoas que, em seu próprio coração e na vida concreta, vivem a unidade entre duas tradições religiosas diferentes. É um ecumenismo a serviço da vida, contra o neoliberalismo e pela escuta de Deus nas culturas dos pobres.

4.5 – Que este Jubileu seja permanente e converta a própria Igreja

Na perspectiva do Evangelho, o Hoje da salvação que Jesus proclamou na sinagoga de Nazaré ou quando entrou na casa de Zaqueu nunca passará. Nunca deverá haver um “depois do Jubileu”. O que a Igreja viver neste Jubileu deve ser para tornar-se seu novo modo de ser de agora em diante.

O Jubileu proposto ao mundo e às bases, a Igreja tem de realizar a partir da própria hierarquia e do espírito com o qual os pastores e coordenadores maiores se relacionam com as várias Igrejas locais. O autoritarismo, a centralização do poder e a postura de negar-se ao diálogo são atitudes que ferem e esvaziam a proposta do Jubileu.

Não é admissível que, na mesma semana em que o papa abriu em Roma a porta da Basílica de São Pedro, iniciando o Jubileu, o Vaticano tenha retirado Dom Samuel Ruiz de Chiapas, sua diocese no México, sem uma palavra de respeito pelos 30 anos em que este profeta atuou, arriscando a vida e defendendo os povos indígenas. Ao mesmo tempo, também de forma inesperada e desrespeitosa, transferiu de Chiapas para uma diocese longínqua do norte do país, o bispo Dom Raul Veras. Há alguns anos, Dom Raul tinha sido enviado pela própria autoridade de Roma para substituir Dom Samuel Ruiz em seu trabalho com os indígenas e para modificar a linha da diocese. Como o contato com aquela realidade terrível o converteu, agora foi transferido, deixando-se os indígenas a mercê da repressão do exército e da colonização opressora que já dura 500 anos. Como evangelizar se os próprios pastores não testemunham o evangelismo em sua própria forma de atuar, dialogar e viver?

¹³ FEDERAÇÃO DOS BISPOS DA ÁSIA, Documento “O que o Espírito diz às Igrejas”, *Adista*, 11/10/1999, pp. 05-10.

Há trinta anos, a Conferência de Medellín propunha o que é o espírito que todos nós temos de reavivar neste Jubileu:

"Que se apresente, cada vez mais nítido, o rosto de uma Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo o poder temporal e corajosamente comprometida na libertação do ser humano em sua totalidade e de todos os seres humanos" (Med 5, 15).

Marcelo Barros OSB, formado em Sagrada Escritura e Liturgia. Desde 1977, é assessor teológico da Comissão Pastoral da Terra e de CEBs. Em 1979, com Frei Carlos Mesters, fundou o CEBI; colaborador de várias revistas no Brasil; escreve semanalmente para sete jornais diários brasileiros. Na Itália, tem coluna fixa na Revista *Missione Oggi* e colabora ainda com outras revistas como *Testimonii* e *Adista*.

Escreveu 23 livros, entre os quais: *Nossos Pais nos Contaram*, Petrópolis: Vozes, 1983, 3a.ed.; com J.L.CARAVIAS, *Teologia da Terra*, Coleção Teologia e Libertação, Petrópolis: Vozes 1988; *Celebrar o Deus da Vida*, São Paulo: Loyola, 1992; *O Sonho da Paz*, Petrópolis: Vozes, 1996; *Conversando com Mateus*, Ed. CEBI, São Paulo: Paulus / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

Endereço: Caixa Postal 05.

76700-000 Goiás - GO

E-mail "Mosteiro da Anunciação" <mostanun@cultura.com.br>